

## POLÍTICAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

**LESTON, Odilon Júnior<sup>1</sup>; RAFAGNIN, Thiago Ribeiro <sup>1</sup>;  
CHIES, Luíz Antônio Bogo <sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Católica de Pelotas - Odilon\_leston@hotmail.com

<sup>2</sup>Universidade Católica de Pelotas – labchies@uol.com.br

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa contemplar as políticas sociais e as políticas públicas na contemporaneidade. A intenção é interagir com as tentativas da América Latina e da Europa sobre o tema. Nosso trabalho focalizará em especial à América Latina e especialmente o Brasil.

O texto a seguir pretende utilizar a teoria onde os autores projetam a política social a partir do século XX. É de suma importância caracterizar o processo histórico onde iniciou esta proteção social e quais países abordaram as perspectivas sobre este campo social.

Compondo o trabalho produzido será objetivado cronologicamente o surgimento das políticas sociais e sua variação de acordo com os objetivos e iniciativas políticas dos países e categorizações sobre o tema abordado.

### 2. MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia abordada no texto é alicerçada através da periodização histórica caracterizada por George Andrews e Eric Hobsbawn. Sobre a América Latina, com ênfase na política social, é de suma importância mencionar a revisão bibliográfica com os autores Esping-Andersen, Maria Lúcia Vianna e Elaine Behring, que auxiliaram na produção do texto.

A expressão de língua inglesa *Welfare State* denominada, em português, bem estar social, teve seu apogeu nos países desenvolvidos logo após o término segunda guerra e conseqüentemente inicio da guerra fria. Os “anos de ouro” é uma expressão utilizada para demonstrar o poder econômico do bloco capitalista que representou mais de 70% da produção industrial mundial.

Esta grande taxa de crescimento econômico e tecnológico atingiu os países subdesenvolvidos, denominados, no período, de terceiro mundo. O continente africano continuou a sofrer com mortes por inanição, devido a seca. O crescimento do *Welfare State* não atingiu grande parte da população mundial e as desigualdades sociais não foram repelidas.

Dados do IPEA evidenciam o desenvolvimento do Brasil com programas sociais e educacionais que possibilitaram a diminuição de cidadãos analfabetos e em condições de elevada miserabilidade. Além dos dados nacionais é relevante demonstrar os dados elencados pela CEPAL, no ano de 2010, que demonstram a diminuição da miserabilidade na América Latina.

Na ênfase de embasar teoricamente o assunto proposto, cito, no próximo item do trabalho os autores elencados na metodologia, que demonstram a situação da América Latina e dos países subdesenvolvidos no âmbito global.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Compreendo que a revitalização histórica dos principais autores ocidentais é de suma importância para o entendimento das políticas sociais. A partir destas explicações podemos compreender se o *Welfare State* ocorreu no Brasil e na

América do Sul e quais as funções de políticas públicas e políticas sociais nos países latinos.

Através dos altos lucros obtidos no período, Hobsbawm demonstra, a seguir, a forma estrutural entre patrões e empregados, evidenciando o funcionamento das empresas e o pensamento do governo capitalista para conter o avanço comunista nos países do bloco ocidental e propagar o consumo mundial.

Tratava-se de um pacto aceitável para todos os lados. Os patrões, que pouco se incomodavam com altos salários num longo *boom* de altos lucros, apreciavam a previsibilidade que tornava mais fácil o planejamento. A mão-de-obra recebia salários que subiam regularmente e benefícios extras, e um Estado previdenciário sempre mais abrangente e generoso. O governo conseguia estabilidade política, partidos comunistas fracos (exceto na Itália) e condições previsíveis para a administração macroeconômica que todos os Estados então praticavam. E as economias dos países capitalistas industrializados se deram esplendidamente bem, no mínimo porque pela primeira vez (fora dos EUA e talvez da Australásia) passava a existir uma economia de consumo de massa com base no pleno emprego e rendas reais em crescimento constante, escorada pela seguridade social, por sua vez paga pelas crescentes rendas públicas. Na verdade, nos eufóricos anos 60 alguns governos incautos chegaram a garantir aos desempregados – poucos então – 80% de seus antigos salários (HOBBSAWN, 2008).

Após estas décadas de euforia da economia é notável a retração dos mercados a partir de 1980. As duras críticas ao modelo anteriormente em vigor foram praticamente unânimes e a implantação do neoliberalismo foi a saída desejada para as empresas e governos. Nesta mesma década ocorreu a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Em meados de 1990, com a democracia instalada nos países latinos, ocorreram as eleições e os candidatos ligados à direita venceram em praticamente todos os países do Mercosul. Os políticos adotaram como regime econômico o neoliberalismo. Indústrias de base lucrativas foram vendidas por baixos preços para investidores, principalmente de origem européia. Direitos previdenciários foram cerceados com a intenção de diminuir os gastos públicos.

Analisando o livro publicado pelo IPEA, onde a metodologia do estudo produzido baseou-se em analisar os dados de execução orçamentária na forma macroeconômica, o período do estudo é realizado entre os anos de 2002 a 2010, observa-se que o aumento de arrecadação de imposto ultrapassou os 40% do PIB e o governo federal ficou responsável por gerir 70% dos impostos.

O estudo demonstra a preocupação do governo federal em garantir uma renda mínima a uma parcela anteriormente excluída da população. Utilizando as perspectivas do IPEA é possível verificar a distribuição de renda através dos impostos.

Por meio de mudanças estruturais previstas na Constituição de 1988 ou inauguradas na década de 1990, e por meio de políticas aprofundadas no governo Lula, o governo federal se dedica cada vez mais a um papel de transferidor e redistribuidor de recursos. Conforme mostrado, quase toda a expansão de despesas não financeiras registradas na esfera federal de 2002 ao primeiro semestre de 2010 se refere ou a transferências previdenciárias e assistenciais às famílias ou a transferências aos estados e municípios (CARDOSO JR, 2010).

Existe grande preocupação pelos economistas em diminuir a carga tributária, pois, segundo especialistas, a alta taxa tributária pode gerar desaquecimento de investimentos. Entretanto, o Brasil e os países que utilizaram os impostos para distribuir de forma equitativa os serviços e tentam diminuir a desigualdade social, sofreram menor impacto pela crise financeira gerada pelo capitalismo neoliberal.

Na primeira década do século XXI, após a elevada taxa de desemprego nos países em desenvolvimento e grande desigualdade social, segundo a autora Maria Lucia Werneck Vianna, são importantes os programas sociais para garantir os direitos dos cidadãos, como o Bolsa Família, que serve para auxiliar as crianças na escola e programas estatais, que através de sua intervenção, concedem renda às pessoas em baixa posição social. É de conhecimento público que os programas como BNDES e demais setores governamentais emprestam dinheiro para grandes obras e empresas. No entanto, o governo passou a subsidiar empréstimos às pessoas de baixa renda e também para pequenos comerciantes.

#### 4. CONCLUSÕES

Após este breve recorte cronológico sobre as políticas públicas na América Latina com vínculo teórico do *welfare state*, constatamos que, apenas no século XXI, algumas medidas do estado de bem estar social estão sendo implantadas nos países latino americanos. A nossa compreensão é que países sul-americanos, como no caso o Brasil, tem objetivado as políticas sociais através de programas como o Sistema Único de Saúde e a previdência social, os quais são exemplos de programas sociais que abrangem todos os seus requerentes. A implantação jurídica dos programas mencionados iniciaram com a Constituição Federal de 1988, mas, no entanto, sua efetivação de forma satisfatória iniciou nesta última década.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008. 4ªed.
- CARDOSO JR, J. C. (Coord.) **Brasil em Desenvolvimento : Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília : Ipea, 2010. 1v.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002. 2ªed.
- ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, São Paulo, v.?, n. 24. p. 85-116, 1991.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999. 7ªed.
- HOBSBAWN, E. **A era dos extremos: O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 2ªed.
- HOBSBAWN, E. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo. Companhia das letras, 2008. 1ªed.
- MACHINEA, J. L; CRUCES, G. **Instituciones de la política social: objetivos, principios y atributos**. Santiago, Chile: CEPAL. 2006.
- MERRIEN, F.X. Em direção a um novo consenso pós-Washington na América Latina? In: CARVALHO, D.B.; DINIZ, D. ; STEIN, R. SOUZA, P. **Política Social, justiça e direitos de cidadania na América Latina**. Brasília: UnB, 2007. Cap. 2. p. 47-74.
- PAIVA, A. B, OURIQUES, N. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte. **Katalysis**, v.10, n.1, Florianópolis, p.166-175. 2007.

VIANNA, M.L. A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica. **Praia Vermelha**, v.13, n.1, Santa Catarina, p. 1-24. 2005.